



Patricia Vieira Pinto &lt;patriciap@crmes.org.br&gt;

## Fwd: IMPUGNAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES Nº 017/2023

**CRT-ES Procuradoria** <procuradoria@crtes.gov.br>  
Para: licitacoes@crmes.org.br

15 de maio de 2023 às 17:46

----- Forwarded message -----

De: **CRT-ES Procuradoria** <procuradoria@crtes.gov.br>  
Date: seg., 15 de mai. de 2023 17:43  
Subject: IMPUGNAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES Nº 017/2023  
To: <licitacao@crmes.org.br>

Prezados, boa tarde.  
Segue, na forma do anexo, impugnação ao Edital de licitação supramencionado.

Favor acusar o devido recebimento.

Atenciosamente,

**Lucas Muniz**  
Procurador  
OAB/ES 30.546  
Mat. 00014  
✉ [procuradoria@crtes.gov.br](mailto:procuradoria@crtes.gov.br)  
☎ (27)99828-7285



**CRT-ES**  
Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Espírito Santo

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA-ES

004955/2023



15/05/2023 18:20

CORRESPONDENCIA

CRM-ES	Fls.: <u>953</u>
	Pregão Eletrônico
	Nº <u>017/2023</u>
	Rubrica: <u>[Assinatura]</u>

### 7 anexos

- IMPUGNAÇÃO CRMES.pdf**  
1055K
- Comprovante de inscrição e situação cadastral CRT-ES.pdf**  
105K
- Procuração - Lucas - 2023.pdf**  
229K
- ATA DE POSSE DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHEIROS TITULARES E SUPLENTEES.pdf**  
3146K
- RESOLUÇÃO Nº 101.2020 - TÉCNICO EM MECÂNICA.pdf**  
272K
- Resolução Nº 083.2019 - TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES.pdf**  
669K
- RESOLUÇÃO 74-2019 - TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA.pdf**  
2305K



# CRT-ES

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Espírito Santo

Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 675. Sala 701  
Edifício Palácio do Café  
Enseada do Suá, CEP 29050-912 - Vitória - ES  
E-mail: [procuradoria@crtes.gov.br](mailto:procuradoria@crtes.gov.br)  
Fone: (27) 3100-2019

[www.crtes.gov.br](http://www.crtes.gov.br)

AO PREGOEIRO DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO  
ESPÍRITO SANTO CRM-ES

CRM-ES 	Fls.: <u>054</u>
	Pregão Eletrônico
	Nº <u>017/2023</u>
	Rubrica: <u>Deuda</u>

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022-QBHWN

ID CidadES/TCE-ES: 2023.500E0600020.01.0001

**CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESPÍRITO SANTO – CRT-ES**, pessoa jurídica de direito público, autarquia federal, inscrito no CNPJ sob o Nº 32.696.567/0001-30, com sede à Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 675, Ed Palácio do Café, sala 701 – Bairro Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-912, representado legalmente pelo seu Procurador infra-assinado, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria e digna Equipe de Apoio, tempestivamente, com fulcro no art. 24 caput do Decreto 10.024/2019, interpor:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

Pelas razões de fato e de direito abaixo aduzidas:



# CRT-ES

Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo

Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 675. Sala 701  
Edifício Palácio do Café  
Enseada do Suá, CEP 29050-912 - Vitória - ES  
E-mail: [procuradoria@crtes.gov.br](mailto:procuradoria@crtes.gov.br)

Fone: (27) 3100-2019

[www.crtes.gov.br](http://www.crtes.gov.br)

Fls.: 055

Pregão Eletrônico

Nº 017/2023

Rubrica: Paulo

## I- DA TEMPESTIVIDADE

A presente Impugnação é plenamente tempestiva, uma vez que o prazo para interpor é de 03 (três) dias úteis anteriores ao da data fixada para recebimento das propostas e habilitação.

Portanto, a presente impugnação deverá ser recebida pelo Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio para que, na forma da lei, seja admitida, processada e, ao final, julgada procedente, nos termos do requerimento.

## II- DA SÍNTESE DOS FATOS

O presente certame licitatório tem por objeto a "contratação de empresa especializada para elaboração do projeto arquitetônico, cargas e redes elétricas, redes hidrossanitárias, climatização, projeto do sistema de cabeamento estruturado (voz, dados e sonorização), prevenção e combate a incêndio e planilha orçamentária (contendo Composições de Custos Unitários, BDI e Cronograma Físico-Financeiro), bem como, a fiscalização dos serviços de implantação dos projetos, para adequações na sede do CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO."

Pois bem, como é sabido, os Conselhos Regionais e Federais de Profissão têm como um de seus principais objetivos, a fiscalização do exercício de uma profissão regulamentada por legislação especial, que *in casu*, aqui regidos pela Lei Federal 13.639/2018 que criou o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas.

Através da Lei Federal nº 13.639/2018, publicada no D.O.U em 27 de março de 2018, foram criados o Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais – CRT, os quais passam a integrar o sistema fiscalizador com competência exclusiva, para orientar, disciplinar e fiscalizar



# CRT-ES

Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo

Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 675. Sala 701  
Edifício Palácio do Café  
Enseada do Suá, CEP 29050-912 - Vitória - ES  
E-mail: [procuradoria@crtes.gov.br](mailto:procuradoria@crtes.gov.br)  
Fone: (27) 3100-2019

[www.crtes.gov.br](http://www.crtes.gov.br)

Fls.: 956

Pregão Eletrônico

Técnicos Industriais

Rubrica: Zemb

(art. 3º da Lei 13.639/18) o exercício profissional dos regulamentados pela Lei nº 5.524/68 e Decreto nº 90.922/85.

Por esta razão o sistema CFT/CRT assume a função regulamentadora e fiscalizadora da profissão dos Técnicos Industriais, função antes exercida pelo sistema CONFEA/CREA.

Acompanhando a lógica desta mudança, ficou estabelecido no art. 17 da Lei 13.639/18 o Termo de Responsabilidade Técnica – TRT emitido pelo profissional ou pela pessoa jurídica responsável, na elaboração de projetos ou execuções de obras ou serviços, elaborada no sítio eletrônico das respectivas regionais, sendo o do CRT-ES [www.crtes.gov.br](http://www.crtes.gov.br).

O TRT é o documento hábil comprobatório do exercício legal da atividade de Técnico Industrial e substitui, com eficácia idêntica, a ART, sem qualquer prejuízo das prerrogativas e atribuições técnicas para os profissionais, desde que no limite de suas atribuições, sendo regulamentado pela Resolução CFT nº 40/2018.

Nesse sentido, no exercício de sua competência como Conselho de Fiscalização da Profissão e em se tratando de processo licitatório, serão observados não só os interesses jurídicos e econômicos imediatamente aferíveis, mas, sobretudo, a observância do princípio da legalidade e do interesse público envolvido.

Ao verificar o Edital e o Termo de Referência da licitação, fora constatado que as atribuições ali exigidas para a execução dos serviços, ora objeto do presente certame licitatório, são atribuições concorrentes, também, às atividades exercidas por técnicos industriais que por ora foram excluídos do aludido certame como exigência de qualificação técnica, o que de fato prejudicaria o pregão e estaria em contramão a Legislação Federal 8.666/93, mais precisamente infringindo o princípio da isonomia, legalidade e ampla concorrência, tendo em vista que foi limitada a participação aos registrados no sistema CONFEA/CREA ou CAU, desclassificando e



# CRT-ES

Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo

Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 675. Sala 701  
Edifício Palácio do Café  
Enseada do Suá, CEP 29050-912 - Vitória - ES  
E-mail: [procuradoria@crtes.gov.br](mailto:procuradoria@crtes.gov.br)  
Fone: (27) 3100-2019

[www.crtes.gov.br](http://www.crtes.gov.br)

Fls.: 957

Pregão Eletrônico

Nº 019/2023

Rubrica: *Paulo*

desabilitando outros profissionais/pessoas jurídicas igualmente capacitadas e habilitadas pelo Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo CRT-ES.

Nestes termos, os Técnicos industriais bem como as pessoas jurídicas registradas junto ao Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT-ES tem plena habilitação para responsabilizar-se pelo contrato objeto do pregão ora aqui discutido, conforme será demonstrado no presente arrazoado.

Nesse sentido, conforme exegese do artigo 41, §1 da Lei Federal nº 8.666/1993, impugna-se o presente certame licitatório pelos fundamentos a seguir expostos.

### III- DOS FUNDAMENTOS DE MÉRITO

O referido certame licitatório, conforme já aludido, se trata de “contratação de empresa especializada para elaboração do projeto arquitetônico, cargas e redes elétricas, redes hidrossanitárias, climatização, projeto do sistema de cabeamento estruturado (voz, dados e sonorização), prevenção e combate a incêndio e planilha orçamentária (contendo Composições de Custos Unitários, BDI e Cronograma Físico-Financeiro), bem como, a fiscalização dos serviços de implantação dos projetos, para adequações na sede do CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.”.

Ora, em análise às atribuições para a execução dos serviços ora exigidos no objeto do presente certame licitatório em seu Edital e no Termo de Referência, conforme descrição dos serviços a serem executados, é indubitável que são atribuições concernentes/concorrentes às atividades exercidas por técnicos industriais com habilitações em Mecânica - RESOLUÇÃO Nº 101 CFT, Telecomunicações - RESOLUÇÃO Nº 083 CFT e em Eletrotécnica - RESOLUÇÃO Nº 074 CFT que por ora foram excluídos.



# CRT-ES

Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo

Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 675. Sala 701  
Edifício Palácio do Café  
Enseada do Suá, CEP 29050-912 - Vitória - ES  
E-mail: [procuradoria@crt-es.gov.br](mailto:procuradoria@crt-es.gov.br)  
Fone: (27) 3100-2019

[www.crt-es.gov.br](http://www.crt-es.gov.br)

Fls.: 258

Pragão Eletrônico

Nº 015/2023

Rubrica: Denb

Observa-se claramente que se tratam de serviços de atribuição concorrente com as dos técnicos industriais com as habilitações supracitadas, atribuições essas garantidas desde 1968 pela Lei Federal Lei 5.524 e posteriormente regulamentada pelos Decretos 90.922/85 e 4.560/2002, sendo, por óbvio, extensiva às pessoas jurídicas devidamente registradas no Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT-ES, na qual possuem indubitável competência e capacidade técnica para a execução do presente objeto do certame nos termos do artigo 67 inciso II da Lei Federal 14.133/2021, conforme suas atribuições que serão aqui demonstradas.

Imperioso ressaltar que já existe, inclusive, nas Resoluções (na forma do anexo) e suas alterações, emitidas pelo Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, as atribuições específicas dos técnicos industriais supramencionados, sendo claras ao definirem o serviço ora objeto da presente licitação, como atividade de natureza técnica, na qual permite que os referidos Técnicos executem os serviços.

Pois bem, é nítido e evidente que o objeto do presente edital é extensivo aos Técnicos Industriais com as habilitações supramencionadas, sendo devidamente regulamentadas pela Lei 5.524/68 e Decretos 90.922/85 e 4.560/2002, nos seguintes termos:

#### Lei 5.524/68

Art. 2º A atividade profissional do Técnico Industrial de nível médio efetiva-se no seguinte campo de realizações:

- I - conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;
- II - prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;
- III - orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;
- IV - dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;
- V - responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos, compatíveis com a respectiva formação profissional.

#### Decreto 90.922/85

Art. 3º. Os técnicos industriais e técnicos agrícolas de 2º grau observado o disposto nos arts. 4º e 5º, poderão:



# CRT-ES

Conselho Regional dos Técnicos  
Industriais do Espírito Santo

Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 675. Sala 701  
Edifício Palácio do Café  
Enseada do Suá, CEP 29050-912 - Vitória - ES  
E-mail: [procuradoria@crtes.gov.br](mailto:procuradoria@crtes.gov.br)

Fone: (27) 3100-2019 Fls.: 959

[www.crtes.gov.br](http://www.crtes.gov.br)

Pregão Eletrônico

- I – conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;
- II – prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;
- III – orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;
- IV – dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;
- V – responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional.

Não pairam dúvidas quanto a qualificação técnica das pessoas jurídicas registradas no CRT-ES bem como dos técnicos industriais a exercerem as atividades ora objeto do presente certame licitatório, visto que se tratam de atribuições totalmente compatíveis com os habilitados conforme já demonstrado, sendo, portanto, totalmente legitimados à responsabilização do referido contrato da licitação em questão, através do Termo de Responsabilidade Técnica - TRT emitida pelo respectivo Conselho.

Maxima venia, é indubitável que foi de forma totalmente equivocada, o referido certame licitatório omitir quanto a necessidade de as pessoas jurídicas também serem devidamente registradas no Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT-ES como forma de qualificação técnica, o que acarreta, por óbvio, prejuízo imensurável a toda classe dos técnicos industriais e grande risco à sociedade.

Vale salientar ainda que, incluir cláusulas ou condições que restrinjam o caráter competitivo do certame, ou até mesmo, evidenciando a preferência ou distinções em razão da naturalidade, é totalmente vedado pela Lei Federal 8.666/93 em seu artigo 3º §1 inciso I, podendo configurar, inclusive, direcionamento de licitação, in verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da



# CRT-ES

Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo

Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 675. Sala 701  
Edifício Palácio do Café  
Enseada do Suá, CEP 29050-912 - Vitória - ES  
E-mail: [procuradoria@crtes.gov.br](mailto:procuradoria@crtes.gov.br)

Fone: (27) 3100-2019

[www.crtes.gov.br](http://www.crtes.gov.br)

Fls.: 960

Pregão Eletrônico

igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. No 017/2023  
Rubrica: [assinatura]

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Assim corrobora a jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

Licitação. Edital de licitação. Impugnação. Competitividade. Restrição. Comissão de licitação. Pregoeiro. Revisão de ofício. É dever do responsável por conduzir licitação no âmbito da Administração, a partir de impugnação ao edital apontando a existência de cláusulas restritivas à competitividade do certame, realizar a revisão criteriosa dessas cláusulas, ainda que a impugnação não seja conhecida. O agente público tem o dever de adotar providências de ofício com vistas à correção de eventuais ilegalidades que cheguem ao seu conhecimento. Acórdão 7289/2022 Primeira Câmara (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo)

Portanto, ao estabelecer que o licitante comprove certidão de registro apenas dos sistemas CONFEA/CREA ou CAU bem como a documentação referente de Atestado de capacidade técnica e Acervo técnico expedido somente pelos sistemas CONFEA/CREA ou CAU, os possíveis licitantes corretamente registrados ao sistema CFT/CRT não estariam habilitados para o presente certame, de forma absolutamente equivocada e, inclusive, inconstitucional, impedindo o livre exercício profissional e infringindo o princípio da isonomia, configurando possível tratamento diferenciado de natureza ilícita do presente certame licitatório.



# CRT-ES

Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo

Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 675. Sala 701  
Edifício Palácio do Café  
Enseada do Suaí, CEP 29050-912 - Vitória - ES  
E-mail: [procuradoria@crtes.gov.br](mailto:procuradoria@crtes.gov.br)  
Fone: (27) 3100-2019

[www.crtes.gov.br](http://www.crtes.gov.br)

PIS: 961  
Pregão Eletrônico

Nº 017/2023

Rubrica: *[assinatura]*

Importante aqui salientar que o presente é para esclarecer quanto à legalidade do certame bem como apenas ampliar a concorrência, e não para excluir qualquer outro órgão aqui exigido como forma de habilitação, pois as pessoas jurídicas registradas no CRT-ES por terem sua atividade principal/preponderante de natureza técnica, de acordo com seu CNAE, são somente obrigadas a efetivarem o seu registro no referido Conselho Regional dos Técnicos Industriais, criado recentemente, e não mais no sistema CONFEA/CREA, como anteriormente era, ou seja, caso haja manutenção no referido edital, não estariam sendo contempladas à concorrerem no referido certame.

Ato contínuo, conforme aduzido, os técnicos industriais desde março de 2018, têm seu próprio órgão de representação, sendo independentes do sistema CONFEA/CREA, estando, portanto, sob a jurisdição do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, ou seja, a obrigatoriedade da exigência quanto ao registro no respectivo Conselho de Classe é inerente ao exercício de suas funções, visto que o Termo de Responsabilidade Técnica tem que ser emitido pelo CRT-ES e não mais ART pelo sistema CONFEA/CREA.

Por todo o exposto, para o certame em questão, é imprescindível a exigência de qualificação técnica bem como da fiscalização pelo Conselho de Fiscalização competente, sendo nesse caso o CRT-ES, para assegurar a execução dos serviços dentro da legalidade e com segurança, tendo em vista que será executado por profissionais devidamente capacitados e qualificados.

Na oportunidade, vale informar, inclusive, que a Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo já emitiu minutas de editais contemplando o sistema CFT/CRT's, quando couber, em seu sítio eletrônico, com a finalidade de subsidiar os órgãos à elaboração dos novos processos licitatórios ou os já em andamento para retificações.



# CRT-ES

Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo

Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 675. Sala 701  
Edifício Palácio do Café  
Enseada do Suá, CEP 29050-912 - Vitória - ES  
E-mail: [procuradoria@crtes.gov.br](mailto:procuradoria@crtes.gov.br)

Fone: (27) 3100-2019

[www.crtes.gov.br](http://www.crtes.gov.br)

Fls.: 062

Pregão Eletrônico

Nº 017/2023

De toda sorte, é poder-dever do Administrador Público conhecer e rever, de ofício, aqueles atos administrativos que afrontem a legislação pátria, eis que a existência de ilegalidades nestes atos, caso não sejam sanadas em tempo hábil, fatalmente ensejarão no fracasso do certame licitatório, sejam por macular todas suas fases sucessivas, seja por eivar o próprio contrato dela decorrente de nulidade, causando enormes prejuízos à Administração Pública, o que não é admissível.

Portanto, na licitação em referência, as pessoas jurídicas regularmente registradas no CRT-ES, estão aptas, legitimadas e habilitadas conforme o objeto do presente Edital e Termo de Referência, à concorrer e a executar os serviços ora exigidos.

#### IV- DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer seja a presente impugnação respondida para que, em tempo, seja retificado o presente edital para a inclusão da obrigatoriedade do profissional/pessoa jurídica estar devidamente habilitado/registrado no Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT/ES no Edital bem como no Termo de Referência, como requisito/forma de qualificação técnica, e a inclusão do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT-ES como órgão de fiscalização profissional assim como o TRT – Termo de Responsabilidade Técnica, conforme o caso e onde couber, de forma a que estes profissionais e as pessoas jurídicas sejam contemplados no texto do certame em consonância com o princípio da legalidade, isonomia e ampla concorrência.

Termos em que,  
Pede Deferimento.

Vitória/ES, 15 de maio de 2023.

LUCAS MUNIZ  
FERREIRA DE  
ALMEIDA

Assinado de forma digital por LUCAS MUNIZ FERREIRA DE ALMEIDA  
Dados: 2023.05.15 17:40:28 -03'00'

**Lucas Muniz Ferreira de Almeida**  
**Procurador CRT-ES**  
**OAB/ES 30.546**  
**Mat. 00014**